

MESA DISCUTE FORMAS DE LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

No dia 18 de dezembro, sábado, uma das mesas de debates oferecidas pelo 8º Congresso do Sintego traz o tema “Assédio Moral, bullying e as diversas formas de violência na escola”, com o professor Roberto Heloani, pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo.

O professor considera muito importante a temática da violência nas escolas. No âmbito dos alunos,

entre eles está cada vez mais comum a prática do bullying, fenômeno cujo nome vem do inglês e que explica as atitudes preconceituosas e violentas de alguns estudantes mais fortes, altos, com melhor situação financeira, entre outros, em relação a alguns colegas diferentes.

Segundo Roberto, é importante conceituar o termo bullying antes de falar sobre formas de combate. “Existem vários mitos sobre o fenômeno que devem ser desfeitos,

para que possamos conceituar o que é bullying e depois tratar e debater as formas de combate a essa prática.” Ele ainda comentou que o trauma de uma criança que sofre com humilhações dos colegas é algo que dura a vida toda, e pode causar problemas sérios de saúde, tanto física quanto mental, levando a criança, já na vida adulta, a se envolver com drogas e até mesmo com crimes.

Outro assunto a ser abordado

pelo professor é o assédio moral, considerado o bullying do mundo adulto e do espaço de trabalho. Também chamado de mobbing, o fenômeno das relações de trabalho também acontece em ambientes escolares, como explica Roberto Heloani, e, da mesma forma que o bullying, deve ser esclarecido e combatido, já que também causa danos às pessoas que sofrem com ele.

PAINEL DISCUTE A VALORIZAÇÃO DOS(AS) SERVIDORES(AS) DA EDUCAÇÃO

Um dos principais painéis do 8º Congresso do Sintego irá discutir as políticas educacionais para os trabalhadores da educação, com a professora Maria Izabel Azevedo Noronha, presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Ministério da Educação (MEC).

Ela vai tratar dos temas mais importantes em relação às políticas públicas para os trabalhadores da educação, como a lei 11.738, de 2008, que garante o piso salarial para os professores. De acordo com Maria Izabel, o grande problema da legislação brasileira é não ter políticas da educação articuladas em todos os estados. Ela explica que, apesar de a lei do piso ser uma lei nacional, os estados e municípios têm autonomia para decidir se aderem ou não a ela.

Maria Izabel diz que é preciso ter um regime de colaboração entre os estados, o que

está previsto na Constituição Federal. “Só assim vamos poder discutir questões como a falta de valorização dos profissionais da educação. Os professores precisam ter salário digno, carreira valorizada e jornada reduzida para poderem dar aulas de qualidade e serem motivados a entrar e continuar na educação pública do Brasil.”

Em relação aos funcionários administrativos, que só com o projeto da Senadora Fátima Cleide (PT/RO) entraram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como profissionais da educação, a presidente da Apeoesp considera muito importante a formação e criação do plano de carreira da categoria.

Maria Izabel também vai tratar sobre a lei que garante a redução da jornada de trabalho dos professores, sem reduzir os salários, além de garantir que um terço da jornada seja fora da sala de aula, para os professores prepararem as aulas e fazerem cursos.

SINTEGO E IFG BUSCAM ABERTURA DE CURSOS PARA ADMINISTRATIVOS

A presidente do Sintego, Iêda Leal, e a secretária para assuntos do pessoal administrativo do sindicato, Sirlene Alves dos Santos, estiveram com a pró-reitora de ensino do Instituto Federal de Goiás (IFG) e com o consultor na área de educação do Senado, João Monlevad, para discutir a viabilização de cursos superiores e tecnológicos para funcionários administrativos da rede pública de ensino dos municípios goianos e do Estado.

Também esteve presente na reunião a diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre (Sintecac), Mozinete Maria do Nascimento, que é cursista em um projeto no Acre semelhante ao que o IFG e o Sintego querem concretizar em Goiás.

O IFG já organiza um curso voltado para os administrativos em Anápolis, de Secretariado Escolar. A intenção é expandir a proposta para outros municípios no interior e também em Goiânia. A ideia é realizar algo nos moldes do Profucionário, mas em nível superior ou tecnológico.

SAÚDE DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA EDUCAÇÃO SERÁ UM DOS TEMAS DISCUTIDOS NO CONGRESSO

Preocupado com os recorrentes acontecimentos que vêm afetando a qualidade de vida do educador, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) promoverá em seu 8º Congresso uma mesa para debater o seguinte tema: Políticas de Prevenção e de Atendimento à Saúde do Trabalhador da Educação. A discussão ocorrerá no dia 18, sábado, e terá como expositores o pesquisador do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, professor Herval Pina Ribeiro, e doutoranda em Ciências da

Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-Goiás, Genivalda Araújo Cravo dos Santos.

Genivalda afirma que abordará o tema sob a ótica transdisciplinar, pois é necessário cuidar da saúde do ser humano em todos os aspectos de sua vida. Para isso ela informa que é preciso cuidar do ser, do ambiente de trabalho, das relações humanas e do planeta como um todo. “Eu acho que nos palestrantes não vamos dar respostas. Vamos dar algumas dicas para o dia-a-dia, pois saúde é o que queremos”.

Ela ressalta que é importante fomentar e despertar a atenção dos

profissionais da educação para desafios como a violência, as políticas de promoção a saúde, como Ipasgo, Imas, SUS, que atualmente estão prejudicadas e de como enfrentá-los para elevar a qualidade de vida. Para ela é necessário cuidar do trabalhador da educação, pois ele tem grande importância para todo o país. “A Educação faz a diferença, pois é a profissão que tem um papel fundamental no desenvolvimento de uma nação”. Genivalda reforça que para que ocorram verdadeiras mudanças na educação e na saúde, primeiro é preciso que as pessoas queiram. “Nós temos que despertar a

nossa atenção para um pequeno detalhe: eu tenho que querer”

A doutoranda destaca que a saúde mental também é um importante fator que está sendo lesado pelo desmonte que acontece na educação e que isso reflete diretamente no ambiente escolar como um todo. Ela frisa que atitudes como a do Sintego são assertivas e que valorizam o quadro que existe na rede municipal e estadual de educação. “Pra mim o Sintego assim como a CNTE estão antenados com as mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho em todas as áreas da escola”

MUDANÇAS CURRICULARES ESTÃO NA PAUTA DO 8º CONGRESSO DO SINTEGO

O professor Gaudêncio Frigotto, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), é o painelista convidado para discutir o tema “Teoria e Educação: as mudanças curriculares em debate”, no dia 17 de dezembro, sexta-feira, no 8º Congresso do Sintego. Frigotto vai debater a questão do currículo como este é visto pela sociedade. Ele considera que a educação básica é dever do Estado e não pode ser vista como um serviço do capital privado.

As mudanças que o painel pretende discutir afetam, segundo o professor, “o direito de uma

educação básica integral e que desenvolva todas as dimensões da vida do estudante, e não apenas o aspecto de formar cidadãos produtivos.” Ele também comentou que essas mudanças afetam a carreira dos docentes.

Gaudêncio considera que cada vez mais o educador se orienta em sala de aula por organizações sociais e entidades privadas que “tomaram conta” de uma atividade que deveria ser pública. “Como explicou o atual Secretário de Educação do Rio de Janeiro, que define a educação como um negócio e os professores como

entregadores de saber, essas entidades passaram a definir a estrutura curricular, o conteúdo das disciplinas e até o método de ensinar e de avaliar.”

O educador comentou também que este é um momento importante para os profissionais da educação de Goiás. “É um momento fundamental para pensarmos o que nos afeta e que lutas temos em comum na defesa de nossos direitos e dos jovens e adultos com os quais trabalhamos. Se não nos cabe organizar o currículo, os conteúdos, para que serve nossa profissão?”, ressaltou o professor.

SINTEGO É CONTRA AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS CMEIs

O Sintego e os (as) trabalhadores (as) de CMEIs em Goiânia participaram da audiência pública na Câmara Municipal para mostrarem que os (as) educadores (as) da rede pública são contra a proposta do vereador Agenor Mariano (PMDB) de aumentar a carga horária nestas unidades de ensino, abrindo aos sábados e nas férias de julho. O Ministério Público Estadual (MPE), presente no encontro, também se posicionou contra a sugestão.

“Devemos ficar atentos ao projeto pedagógico dos CMEIs, não esquecer que o objetivo destas unidades é educar, é trabalhar com a formação das crianças e que a ampliação do horário de abertura dos CMEIs e da carga horária dos trabalhadores vai comprometer seriamente nosso trabalho, que tem sido bastante elogiado e reconhecido pela comunidade escolar”, disse a presidenta do Sintego, Iêda Leal.

A palavra “depósito” foi usada várias vezes pelos presentes para ilustrar a consequência da medida sugerida pelo vereador, sem o envolvimento de outras áreas, como a assistência social, o conselho tutelar, cultura, esporte e saúde. “A ideia de que o CMEI é um ‘depósito’ já está ultrapassada e superada”, comentou a presidenta do Sintego. O sindicato propôs uma série de medidas que ajudariam a

resolver a demanda dos pais. “Nós entendemos que a situação é grave e defendemos que a criança seja assistida. Mas esse problema só se resolve se houver uma participação de vários setores, não só a educação”, comentou Iêda.

Iêda Leal alertou o poder público para o distanciamento cada vez maior entre pais, mães e filhos(as), uma vez que os responsáveis pelas crianças, para sustentar a família, passam mais tempo fora de casa. Uma das propostas do Sintego é que a Prefeitura e a Câmara Municipal assumam a campanha feita pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) para reduzir a jornada de trabalho do servidor público de 44 para 40 horas semanais sem diminuição do salário.

O Sintego aproveitou a audiência para cobrar melhorias na educação infantil municipal e mais investimentos da Prefeitura no ensino público. “Precisamos aumentar o percentual do orçamento destinado à Educação dos atuais 25% para 30%, precisamos de reforma urgente nas unidades dos CMEIs, de concurso público, de valorização profissional, de plano de carreira e da criação de novas unidades para atender uma demanda reprimida de mais de 10 mil crianças que não encontram vaga nos CMEIs”, disse a secretária-geral do Sintego, Alba Lauria, também presente no encontro.

SINDICATO COBRA CARTEIRINHA COM DIREITO À MEIA-ENTRADA PARA TODA CATEGORIA

Após insistência do Sintego em fazer cumprir a lei estadual 14.975, de 2004, a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) passou a oferecer as carteiras funcionais para os professores da rede estadual, que trazem desconto de 50% no valor do ingresso em cinemas, teatros, shows, atividades esportivas, entre outros. As carteiras começaram a ser confeccionadas em julho deste ano.

A procura pelo documento tem sido pequena, uma vez que a Seduc não faz a devida publicidade do benefício garantido por lei. Por isso o Sintego tem informado os professores – na ativa e os aposentados – a irem buscar suas carteiras de identificação.

O sindicato quer ainda que a lei estenda esse benefício aos funcionários administrativos da educação no estado. De acordo com a presidenta do Sintego, Iêda Leal, a carteira possibilita uma conquista da categoria na área da cultura e lazer.

Para conseguir a carteira basta preencher o formulário de requerimento em duas vias e entregar, junto com uma foto 3x4 recente, na Coordenação de Gestão de Pessoas da Seduc em Goiânia ou nas subsecretarias regionais no interior do estado. O formulário de requerimento está disponível na recepção da Seduc e no site do Sintego.

SINTEGO BUSCA SOLUÇÕES PARA TRABALHADORES ENDIVIDADOS

Com o objetivo de ajudar trabalhadores em educação que não conseguem quitar os empréstimos consignados, o Sintego oferece o programa “Saúde Financeira”. Trata-se de um convênio com uma firma de advocacia, que vai prestar consultoria, orientar e, se for necessário, tomar medidas judiciais para quem está endividado com empréstimos bancários. A consultoria está disponível a todos os servidores filiados ao sindicato.

A tesoureira do Sintego, Bia de Lima, considera a iniciativa muito importante para os filiados. “Nós percebemos que o servidor público do estado de Goiás está muito endividado e decidimos procurar uma forma para tentar ajudar os filiados a resolver este problema.”

Os trabalhadores da educação, por serem funcionários públicos, têm direito a fazer empréstimos consignados nos bancos, empréstimos estes que são descontados direto na folha de pagamento do servi-

dor. Isso faz com que a procura pelo auxílio financeiro aumente e que leva os trabalhadores ao endividamento, muitas vezes sem controle algum.

Para participar do programa, basta o filiado ir à sede do Sintego, na rua 236, número 230, no Setor Coimbra, em Goiânia, e procurar a assessoria jurídica do sindicato.



SINTEGO COBRA CORREÇÃO NA FOLHA DE PAGAMENTO DA REDE ESTADUAL

O professor da rede estadual de ensino levou um susto ao receber o salário de novembro. O salário de quem recebe o equivalente ao piso salarial do Estado (nível PE I) veio no valor de R\$ 1.006 e não R\$ 1.024, como estava previsto na lei estadual que parcelou o reajuste do salário dos trabalhadores em Educação. O projeto previa um reajuste que equiparasse o salário do professor ao piso definido pela AGU, de R\$ 1.024. O valor é abaixo do que prevê a lei federal 11.738/08 (R\$ 1.312,85).

O Sintego, assim que foi informado do valor abaixo do colocado no projeto do governo, exigiu da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) a devida reparação. O titular da Sefaz, Célio Campos, em

reunião com a diretoria do sindicato ainda em novembro, garantiu que repassaria à Assembleia Legislativa uma mensagem para que os deputados pudessem fazer a correção.

“Esse valor é inferior ao que foi prometido e se ficar assim vai causar prejuízos a todos os professores, uma vez que o piso salarial é a base de cálculo do pagamento de toda a categoria. As férias, as gratificações, as progressões, tudo é calculado em cima desse valor”, explicou a presidente do Sintego, Iêda Leal.

Iêda cobra que na mensagem o secretário peça o retroativo desde novembro, pois caso contrário os(as) trabalhadores(as) terão sofrido prejuízo mesmo com a reparação do suposto equívoco. “Senão, mesmo que o governo faça a reparação,

milhares de trabalhadores já terão sido prejudicados. Precisamos que essa correção ocorra imediatamente e seja retroativa a novembro. Não podemos esperar a Assembleia Legislativa voltar do recesso de fim de ano”.

A presidente do Sintego também informou que o sindicato continua cobrando o pagamento do piso salarial conforme especifica a lei federal 11.738/08, que, hoje, seria de R\$ 1.312,85. O Sintego busca essa medida inclusive por meio de ação judicial. “O governo se mostra incapaz de cumprir a lei e a partir de janeiro teremos um reajuste no valor do piso, que vai passar para R\$ 1.513. Continuaremos cobrando da mesma forma, porque é a lei e é um direito assegurado do trabalhador”, disse Iêda.

ESTADO CONCORDA EM ANTECIPAR PAGAMENTO DAS FÉRIAS

Depois de inúmeras cobranças do Sintego, a Sefaz concordou em cumprir o Estatuto do Magistério Público e pagar as férias da categoria antecipadamente. Em reunião com a presidente do Sintego, Iêda Leal, e a tesoureira do sindicato, Bia de Lima, o titular da Sefaz, Célio Campos, concordou que o Estado não estava cumprindo as definições contidas na lei estadual 13.609/01, e já colocou no sistema que, a partir de 2011, vai pagar o equivalente a um terço do salário antes do professor entrar em férias no mês de julho.

Atualmente, o governo só faz o pagamento no mês de agosto, quando o professor retorna das férias, prejudicando seu período de descanso.

“Todo trabalhador tem o direito de receber o pagamento das férias previsto na Constituição dentro dos prazos legais, que é antes de entrar em recesso. Se o Estado não faz isso, onera o trabalhador e impede ele de desfrutar de uma forma melhor esse período de descanso”, disse Iêda Leal.

SINTEGO COBRA E GARANTE PAGAMENTO DE PROGRESSÕES ATRASADAS

Após muita cobrança do Sintego, a Secretaria Estadual da Fazenda de Goiás (Sefaz) se comprometeu a pagar 1.186 progressões verticais que estavam atrasadas desde julho deste ano. Em uma reunião com a presidenta do Sintego, Iêda Leal, e com a tesoureira do sindicato, Bia de Lima, o titular da Sefaz, Célio Campos de Freitas Júnior, informou que a progressão já viria na folha de pagamento de dezembro.

“O benefício é um direito garantido por lei como forma de valorização profissional e financeira do trabalhador que investe em sua carreira. Cada mês de atraso no repasse à folha, o professor sofre com o prejuízo”, disse Iêda.

“O Estado devia fazer esse repasse

automaticamente, sem que o Sintego precisasse cobrar. Mas o que temos visto é que os repasses só são feitos após muita insistência do sindicato. E isso temos feito sistematicamente, cobrando a assinatura imediata das progressões. A assinatura da progressão é a validação da evolução da carreira desses profissionais”, disse Bia.

O secretário da fazenda já autorizou o pagamento destas 1.186 progressões. O decreto já está pronto, mas, segundo a Sefaz, ainda não foi publicado devido ao número de processos enviados pela Secretaria Estadual de Educação ao órgão. Mesmo assim, a secretaria garante que os processos já foram computados e as progressões saem ainda este mês.

CLUBE DO SINTEGO ABERTO PARA OS FILIADOS

Para melhor atender seus filiados e dependentes, o Clube do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) traz diversos benefícios em sua estrutura. É mais uma opção de lazer para o (a) trabalhador (a) e sua família durante o mês de férias escolares. O clube fica em Caldas Novas, a 169 km de Goiânia, e conta com área de camping, lanchonete, piscinas e uma sauna recém-inaugurada.

O (a) filiado (a) que deseja passar o dia no

clube não paga diária. Os (as) dependentes (filhos até 18 anos, pai, mãe, esposo (a)) também não. Já os (as) convidados (as) pagam uma taxa de R\$ 10,00 para passar o dia. Para pernoitar, filiados e dependentes pagam R\$ 5,00, enquanto convidados pagam R\$ 15,00.

Os interessados em conhecer o Clube do Sintego podem entrar em contato pelo telefone (62) 3291.8383 para fazer a reserva.

PROGRAMA DE RÁDIO LEVA INFORMAÇÃO AO TRABALHADOR

Toda quinta-feira, às 17h15, é dia do trabalhador da educação sintonizar na Rádio Difusora (640 AM) e se informar com as últimas notícias da categoria no programa “Sintego em Ação”. Toda semana a direção do Sintego debate os temas mais importantes da atualidade para os profissionais da rede pública de ensino de Goiás. O programa também pode ser

ouvido no site do Sintego (www.sintego.org.br), sempre a partir do dia seguinte ao que o programa foi veiculado na rádio. É mais uma forma de levar a informação de forma rápida e correta ao trabalhador, mantendo-o antenado com os avanços nas lutas, as novidades nas unidades escolares e as medidas adotadas pelo poder público.

O Sintego também está presente nas redes sociais. No Twitter (www.twitter.com/sintego), microblog de mais sucesso na rede, o (a) filiado (a) pode acompanhar o que o Sintego está fazendo praticamente em tempo real. Já no Flickr (www.flickr.com/photos/sintegooficial), o (a) trabalhador (a) pode visualizar as imagens com as atividades desenvolvidas pelo sindicato.